

# Economia e credibilidade

O documento de dez pontos que traça as diretrizes econômicas de curto prazo do Governo Itamar Franco, divulgado esta semana, tira a política do ministro Paulo Haddad do terreno das suposições e a coloca de forma definida. O ponto central do documento sugere que a atual equipe econômica rejeite qualquer solução heterodoxa dos choques econômicos e mantenha as linhas mestras de modernização da economia. Mas existe uma diferença fundamental em relação ao Governo que sai. O atual pretende retomar logo o crescimento da economia.

O projeto traz um outro ângulo: acaba com a paranóia existente em torno das intenções de Itamar Franco relacionadas com a volta do populismo. Esse tipo de suspeita estava preocupando os empresários e principalmente os credores internacionais, que temiam soluções do tipo dolarização da economia ou prefixação de preços e salários, como estratégia contra a crise. Pelo contrário, o documento é envolvido da maior ortodoxia possível e preconiza a manutenção da abertura da economia. Nada contra os banqueiros e nada contra a privatização das empresas estatais.

Na parte em que avança em relação à política do governo anterior, o plano de curto prazo prevê a retomada do crescimento econômico, mas com taxas de juros reais declinantes. Com essa proposta, pretende o Governo gerar novos postos de trabalho, principalmente para as faixas de menor renda, que acabaram, por sinal, se transformando nas maiores vítimas das mudanças estruturais promovidas pelo Governo anterior. Para atingir esse objetivo, o Governo Itamar precisa melhorar sua arrecadação, o que não deverá ser uma tarefa difícil, já que o Congresso Nacional assinou um compromisso de garantia da governabilidade e apoiou o atual Presidente com a aprovação do *impeachment*.

Além do repúdio a qualquer tipo de choque, o documento assegura que serão

mantidos todos os compromissos assumidos na renegociação da dívida externa. Também preconiza que o processo de entendimento com o mercado financeiro internacional será mantido, para que o País alcance a completa normalização de suas relações internacionais. Acena também o documento com a reestruturação do Banco Central, de forma a permitir a estabilização da moeda, e ainda com a adoção de medidas para aperfeiçoar o sistema financeiro e o mercado de capitais, para que ambos possam cumprir eficientemente suas funções na retomada do crescimento sustentado da economia.

Para quem aposta na modernização, o plano dirige o País para esse sentido, principalmente pelo fato de manter e aperfeiçoar o processo de privatização. A Nação inteira está consciente de que o gigantismo estatal, concebido pela ditadura militar, acabou se transformando num elefante branco, sempre ávido a consumir os recursos que seriam destinados à área social, como a educação e a saúde. Está prevista também a manutenção da política de desregulamentação e abertura comercial, para o desalento de muitos empresários à moda antiga, que sonhavam que Itamar enveredasse pelo caminho dos subsídios oficiais.

O que a Nação espera do Governo é que o plano tenha um cunho duradouro e que não seja abandonado na primeira disparada dos índices de inflação. É bom não esquecer que todos os choques econômicos detonados contra o custo de vida acabaram tornando a emenda pior que o soneto. Os preços subiram menos por um determinado período, mas depois voltaram a disparar, exigindo um novo plano que, mais à frente, apresentaria resultados ainda mais nefastos. O Brasil deve perseguir a modernização de sua economia e essa meta não será atingida sem sacrifícios. O que não se pode admitir é que a parte pesada do fardo continue a ser carregada pelos mais pobres e com menos poder de fogo político.